

MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL: INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS A PARTIR DO JORNAL *O ESTADO* (1980-1990)

Cristiani Bereta da Silva¹ y Vanessa Moraes de Gouvêa²

¹ y ² Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Brasil

E-mail: cristianiberta@gmail.com, chechemg@gmail.com

Recibido: 11 Agosto 2012 / Revisado: 2 Septiembre 2012 / Aceptado: 1 Octubre 2012 / Publicación Online: 15 Junio 2013

Resumen: Neste artigo discute-se como a questão fundiária e os movimentos sociais rurais, especialmente o movimento dos sem-terra, foram tratados e divulgados no jornal *O Estado* no período de redemocratização do Brasil, após a ditadura civil-militar de 1964. Esse jornal foi um importante veículo de notícias em Santa Catarina. Ele circulou por mais de 90 anos (foi fundado em 1915 e teve sua última edição em 2008) e participou dos interesses públicos formando opinião e contribuindo para construir e fixar memórias plurais, contraditórias e, sobretudo, dinâmicas sobre o contexto da redemocratização. Interessa, aqui, pensar como as narrativas publicadas explicam e dão sentido às mudanças políticas que marcaram o Brasil e Santa Catarina na década de 1980 e início da década de 1990. Parte-se da premissa de que impressos como jornais e revistas – assim como outros veículos da indústria do entretenimento – investem-se de autoridade simbólica que lhes permite participar semanticamente das ações e transformações da sociedade, inclusive operando seleções dos acontecimentos que devem ser lembrados ou esquecidos na construção de uma determinada memória histórica.

Palabras-clave: redemocratização, movimentos sociais rurais, impressos.

Introdução.

Pode-se dizer que a questão fundiária e os movimentos sociais rurais foram colocados em pauta na agenda política e pública do Brasil na esteira do processo de reinvenção da democracia após 21 anos de regime ditatorial. E não foram poucos os intérpretes do Brasil que se deram conta disso. Em 1992 o sociólogo e então deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores Florestan Fernandes, em artigo para o jornal *Folha de S. Paulo*, viu nos movimentos sociais o prenúncio de “novos tempos”, que assim definiu:

Há uma tendência, muito arraigada, que considera o governo como providencial. Nesses anos de Parlamentar aprendi o inverso. A pressão dos de baixo, sob formas espontâneas e organizadas, apontam em nova direção. Há um poder e um contrapoder latentes nas classes trabalhadoras, nos oprimidos e excluídos que fomentam comportamentos políticos de resistência e de mudança. Isso colide com a ilusão de cima, de que eles decidem e resolvem tudo. Os subalternos e subalternizados – “a gatinha” – já descobriram o verdadeiro caminho da luta social e política. Cobram seu direito a ter peso e voz na sociedade civil e, a partir dela, dão combate aos poderosos, aos privilegiados e ao governo.

O final da década de 1970 e, principalmente, a década de 1980 são chaves imprescindíveis para a compreensão desses “novos tempos” e seus significados para a experiência democrática brasileira. O final da ditadura civil-militar e o reinício da democracia – para além de uma propalada “transição” – assinalam um corte, uma ruptura entre dois “Brasis”, menos pelo acontecimento histórico em si, e mais pelo processo atravessado por ações e significados que marcam esse corte. Os movimentos sociais rurais e urbanos representam bem esse conjunto de ações; foram eles que obrigaram o Brasil a ser diferente, que determinaram outros rumos, que colocaram em evidência outras memórias e disputas.

Em pesquisa realizada no jornal *O Estado* sobre a redemocratização e os movimentos sociais no Brasil observou-se a predominância de notícias sobre as questões relacionadas à reforma agrária e aos movimentos sociais rurais, especialmente o MST. Esse impresso foi um importante veículo de notícias em Santa Catarina por mais de 90 anos. Ele foi fundado em 1915 e teve sua última edição em 2008, e nesse período participou dos interesses públicos formando opinião e contribuindo para construir e fixar memórias relacionadas a acontecimentos, efemérides e personagens ilustres da história de Santa Catarina e de Florianópolis, em particular.

Como “veículo de memória” o jornal *O Estado* impõe desafios no campo epistemológico da História, no sentido de que aciona formas distintas de representar o passado ao fazer uso de referências históricas e de memórias. Concorde-se com Huysen que a cultura contemporânea é profundamente mnemônica e que a indústria do entretenimento e o jornalismo se tornaram guardiães da memória da sociedade contemporânea. Além disso, Ana Paula Goulart Ribeiro chama atenção para o fato de que as narrativas jornalísticas produzem uma ideia de história que se articula “em dois níveis temporais: naquele que relaciona o homem as transformações do seu próprio cotidiano (a atualidade) e naquele mais geral, da sua relação com o passado”. Esses níveis temporais distintos possuem implicações bem claras: a ideia resultante do primeiro nível define-se no âmbito do senso comum e a partir das experiências e vivências cotidianas, ou seja, a consciência que os indivíduos têm do processo social no qual estão inseridos. Mas no segundo nível, localizado no registro dos acontecimentos e na seleção do que é memorável, a narrativa

jornalística lega um modo de recordar o passado. É desse modo de recordar o passado, de atribuir significado a um determinado momento da história do Brasil, que trata este artigo.

Santa Catarina não foi diferente dos demais Estados brasileiros em relação às mudanças operadas na chamada “transição democrática”. Notícias relacionadas aos movimentos sociais passaram a ser veiculadas com regularidade a partir do final da década de 1970 e com mais força e vigor a partir da segunda metade da década de 1980. Esses novos movimentos sociais passaram a marcar presença, de modo mais consistente, a partir da década de 1980, lutando principalmente para ter “direito a ter direitos”. Com isso, passavam também a disputar memórias possíveis sobre determinados grupos e questões sociais, como a dos trabalhadores urbanos – operários em sua maioria –, dos sem-terra, dos negros, das mulheres etc. Alguns mais que outros se apropriaram dessas disputas, mas, de todo modo, forçaram os grupos dirigentes econômicos, políticos e intelectuais a rever a própria história do Brasil e o que estava por vir com o advento da chamada “Nova República”.

As medidas do governo sobre a implantação da reforma agrária, mediante desapropriações, bem como os conflitos pela terra, vinham ganhando destaque desde 1979 no jornal, ainda que de forma mais espaçada. A partir de 1985 observa-se maior recorrência e destaque para o tema. Contudo, enquanto o presidente da “Nova República”, José Sarney, e o recém-criado Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad) eram destacados em todas as suas “excelências” nas manchetes dos jornais, os conflitos e as ocupações de terra quase sempre eram mencionados como “conflito social” e focos de “grande tensão”.

Representativo dos usos do passado e da referencialidade histórica foi uma chamada de matéria especial na capa do jornal *O Estado* no final da década de 1980, sobre os movimentos sociais rurais:

1. Movimentos no meio rural proliferam em Santa Catarina.

Nos últimos 10 anos, como consequência do processo de implantação do capitalismo no meio rural surgiram vários movimentos populares,

entre eles, a campanha antibarragem, a luta dos sem-terra pela reforma agrária e o movimento das mulheres do campo por conquistas assistenciais e previdenciárias. Além de estes movimentos mostrarem uma ação ampla e articulada, inclusive com algumas vitórias, têm pressionado o governo federal no sentido de que este discuta as questões que afetam a classe rural com a categoria e não retome o centralismo autocrático tão comum em governos anteriores. Entre os movimentos mais efervescentes em Santa Catarina o dos sem-terra é considerado por algumas lideranças como o mais explosivo e mais perigoso. O repórter Marcos Bedin, da Sucursal de Chapecó, faz um histórico sobre os movimentos (p.9). (Grifo nosso).

A reportagem aborda as origens e razões dos “movimentos no meio rural” de Santa Catarina. A ênfase da narrativa parece indicar que a ampla mobilização empreendida por esses movimentos, entre 1977 e 1987, ensejava um posicionamento público em torno das lutas políticas frente às ações e omissões do Estado. Desdobrando a temática a reportagem traz também a matéria intitulada “Capitalismo no meio rural consolida os movimentos populares no campo”, que busca, no fluxo da narrativa, reconstituir separadamente as origens dos movimentos sociais dos sem-terra (MST), dos atingidos por barragens (MAB) e das mulheres agricultoras (MMA). Para isso, realiza um ritual de rememoração sobre as lutas pela terra e por direitos empreendidos por cada um deles, em face das ações e omissões estatais.

Entretanto, ao realizar a separação dos três movimentos sociais rurais, o jornalista promove, por um lado, o esquecimento de que “o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra” é resultado, também, das lutas dos atingidos por barragens. E, de outro, inicia a abordagem lembrando que o movimento das mulheres do campo corporificou-se no “rastros” dos sem-terra e “como resultado de uma experiência pioneira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais” de Chapecó. Percebe-se, aqui, um esforço por parte do jornalista em lembrar a trajetória de cada um dos movimentos, unificados apenas por se tratar de movimentos populares e circunscritos ao campo. Contudo, oculta-se também que esses movimentos, desde 1985, embora fossem autônomos e se diferenciavam uns dos outros, estavam agrupados inicialmente em torno da luta pela terra, pelo acesso a direitos para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Na conjugação desses esforços, entre os atos de lembrar e esquecer, o jornal, a partir do acionamento das vozes de sujeitos autorizados, como algumas lideranças dos movimentos e dos sindicatos, reconstrói representações que legitimam e abonam as lutas dos movimentos do campo. Nessa reconstrução, o jornal se coloca como porta-voz da denúncia sobre a “imposição machista que culturalmente predomina nas zonas rurais” que repercute no movimento das mulheres, bem como sobre a possibilidade de retomada de ações autocráticas dos governos anteriores nas resoluções dos conflitos sobre as barragens.

Ao narrar e atribuir significados a diferentes acontecimentos e sujeitos, o jornal *O Estado* angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido. Os meios de comunicação ocupam, nas sociedades contemporâneas, lugar de destaque na produção de uma memória pública e de uma ideia de história. A narrativa jornalística, principalmente, vem participando desse processo com vigor e constância, haja vista sua condição simbólica de detentora da pretensão da verdade. Legitimada como uma das principais instâncias semantizadoras das ações e das transformações da realidade, a mídia jornalística seleciona, entre todos os fatos e sujeitos, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância histórica. Além disso, a ideia de História produzida pelo discurso jornalístico operaria no estabelecimento de relações entre sujeitos individuais e coletivos com o presente, o passado e o futuro.

Nesse sentido, os jornais podem ser entendidos como espaços privilegiados de produção e arquivamento de memórias, as quais nunca são construções homogêneas e lineares; são contraditórias, plurais e, sobretudo, dinâmicas. Todavia, ainda que múltiplos e diversos, os sentidos sobre os fatos construídos pelo discurso jornalístico buscam a estabilidade no fluxo das narrativas e, nesse processo, constroem-se representações sociais acerca dos acontecimentos e dos sujeitos neles envolvidos. Diante disso, os produtores dos discursos jornalísticos não constroem mensagens fechadas, decodificadas de maneira uniforme por todos os receptores, operando, na relação fronteira e de interação, entre o que deve ser lembrado e o que deve ser silenciado a fim de ser esquecido.

2. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra – mst

Considera-se que a criação oficial do MST se deu em 1984, no encontro realizado em Cascavel/PR, com lideranças de vários Estados, principalmente do Sul do país. O Primeiro Congresso Nacional do MST ocorreu em 1985, tendo como uma das propostas mais significativas a ocupação de terras improdutivas ou públicas, indicando uma mudança substancial no curso das lutas pela terra no país e fonte de várias polêmicas.

Mas a construção do movimento pode ser mapeada bem antes disso. O surgimento do movimento sem terra pode ser atribuído à falência e à rejeição, por parte dos trabalhadores rurais, dos projetos de desenvolvimento tecnocráticos e autoritários do final da década de 1960 e até 1970, que insistiam na política de colonização e transferência das populações. Como resultado do fracasso e do retorno daqueles que foram deslocados, o final da década de 1970 e a década de 1980 foram marcados por ocupações em vários Estados brasileiros, como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, registrando muitos conflitos, algumas desapropriações e muitas promessas do governo.

Essas ocupações são consideradas marcos de origem do MST, como no caso de Santa Catarina, que considera a ocupação por mais de 300 famílias da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, em maio de 1980, o início do movimento no Estado. Início significativo, uma vez que, tendo despertado a opinião pública para a questão dos sem-terra no Estado, contribuiu para a desapropriação da área, em 12 de novembro do mesmo ano. A vitória estimulou outros agricultores sem-terra que passavam a organizar novas ocupações no Oeste catarinense.

Em seu “histórico” sobre os movimentos sociais rurais em Santa Catarina, o jornal, ao mesmo tempo que chama a atenção para as “ousadas ações de ocupação de terras” levadas a cabo pelos militantes do MST, busca contemporizar as ações quando afirma que o movimento tem “o mérito de revelar a situação social e econômica de um segmento da população rural completamente deserdada”, sob a justificativa de que: a queda do ministro Nelson Ribeiro tenha esfriado as intenções mais radicais dos sem-

terra. Atribui-se à maneira desastrada como o ex-ministro anunciou o Plano de Reforma Agrária e a forma como foi regulamentado (“todos os latifúndios, mesmo os produtivos, serão desapropriados”, “terão prioridade as áreas onde ocorrerem conflitos iminentes para aplicação da R.A.”), o estímulo terminal dado aos agricultores para que iniciassem a série de invasões.

No entanto, o jornal seleciona e costura informações no corpo do texto, reiterando a ideia de que o MST é o “mais efervescente, explosivo e potencialmente perigoso” dos movimentos, haja vista as programadas “invasões” que “abalaram Santa Catarina” nos anos anteriores. Repetindo quatro vezes o termo “invasões” ao longo da abordagem sobre os “sem-terra”, o jornal coloca em disputa representações sobre o MST. Ao mesmo tempo que reconhece a legitimidade da luta pelo acesso igualitário a terra, cria a imagem de que essa luta é promovida de forma violenta por parte dos sem-terra. É possível que, em razão da produção desses sentidos, o jornalista responsável pela matéria, Marcos Bedin, e os demais responsáveis pela edição, tenham estrategicamente construído sua narrativa, distinguindo esse movimento dos demais, no intuito de definir como “perigosa” apenas as ações dos sem-terra.

Há de se considerar, no entanto, que a construção de sentidos depende de outros sentidos já fixados na memória por efeito de regularizações anteriores. A narração de uma história pressupõe sua articulação a signos, regras e normas. A partir de Paul Ricoeur, compreende-se que a ação está, desde sempre, simbolicamente mediatizada, do contrário não seria dotada de legibilidade. “Compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’ e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas”.

O que é comunicado é, em última instância, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte. As narrativas jornalísticas comunicam, portanto, somente a partir de sentidos disponíveis em cada momento histórico, sob circunstâncias bastante específicas. Da mesma forma os leitores leem de acordo com a sua própria capacidade de acolhimento desses sentidos. Qualquer intriga possui legibilidade, pois constitui o conjunto de combinações através do qual os acontecimentos são transformados em história ou uma história é

tirada dos acontecimentos. A intriga seria o mediador entre a história e o acontecimento.

Essa chave de leitura permite a compreensão da construção do sentido que identifica as ações de ocupação como sendo invasão. Invasão é um sentido disponível de longa duração, apreendido a partir da Lei de Terras, instituída em 1850, a qual pôs fim no regime das posses livres, estipulando que as terras só seriam apropriadas por meio da compra. Contudo, da forma como foi pensada e posta em prática, o Estado acabou inviabilizando tanto a posse quanto a compra – em razão do alto preço – da terra pelos trabalhadores brasileiros e imigrantes. As circunstâncias políticas que envolveram a questão da terra no Brasil ao longo do processo histórico indicam que o Estado acabou legitimando, através dos tempos, a propriedade e principalmente a desapropriação e exclusão de inúmeras famílias de suas terras. Terras que na maioria das vezes já lhes pertenciam através da posse muito tempo antes de os dispositivos jurídicos terem sido elaborados.

O aparato jurídico disponível atualmente para a resolução dos conflitos de terra são previsões legais criadas no sentido de corroborar com essa legitimação da propriedade privada. Assim, a invasão de terras, a partir do Código Civil de 1916, é caracterizada como “esbulho possessório”, significando grave ameaça e perturbação da propriedade. A reformulação desse Código ocorreu por meio de um projeto de lei proposto ainda na década de 1970. Tal caracterização foi mantida quando o “novo” código entrou em vigor em 2002. Cumpre destacar, porém, com base em relatos dos militantes do início da década de 1980, que nos primeiros anos de organização do MST os próprios sem-terra usavam o termo “invasão”. Só mais tarde passaram a ter o cuidado em utilizar a expressão “ocupação de terras”, principalmente em seus discursos veiculados nos jornais e cartilhas do movimento.

Isso porque no decorrer de 1980 a diferenciação das noções ocupação/invasão passa a ser alvo de preocupação. Os grupos que apoiavam o movimento, a exemplo de parte dos membros da Igreja Católica ligados às Pastorais da Terra, passaram a promover discussões sobre o tema com as pessoas que estavam dispostas a participar dos processos de “ocupação”, chamando a atenção do restante da sociedade, inclusive por intermédio do próprio jornal *O Estado*. Exemplo disso é a matéria publicada em

12 de outubro de 1986 e que destaca no título que “Dom Helder acha que colonos não podem ser chamados de invasores”. Trata-se de uma reportagem sobre Dom Helder Câmara, que, ao proferir uma palestra na Universidade de Caxias do Sul/RS, advertiu sobre a demora na realização da reforma agrária e pediu cuidado na utilização do termo “invasão” ao classificar as atitudes dos colonos sem-terra. Para isso, o jornal cita a frase bíblica, lembrada por Dom Helder, de que “Deus criou a terra como um dom para todos. Aqui, só 8% são donos da terra. Então, não se pode dizer que há invasões.” Todavia, na mesma notícia, há destaque para a fala do então secretário de segurança do Rio Grande do Sul, que informou que cerca de 700 policiais militares continuariam na região de Sarandi/RS para impedir novas caminhadas ou “invasões de terra” pelos 6500 “colonos sem-terra”, acampados na Fazenda Annoni. Consta, ainda, a afirmação do secretário de que os policiais só seriam retirados da área assim que as terras fossem “legalmente entregues aos colonos, ou quando se constatar que os colonos mudaram de atitude e não pretendam mais invadir fazendas”. Com esse enquadramento, no final da reportagem, o jornal deixa entrever as disputas em torno da construção dos sentidos possíveis sobre o termo “invasão”, mas acaba reiterando a representação de que os sem-terra são invasores, mantendo a regularização preexistente.

Nessa mesma perspectiva, *O Estado* publicou outra notícia, situando mais uma vez essas disputas por meio da confrontação entre as acusações feitas ao bispo de Chapecó (Dom José Gomes) de apoiar as “invasões” por parte dos sem-terra e a resposta deste, mediante a afirmação de que: “invasão é bem diferente de mandar ocupar terras”.

Nota-se, contudo, que ao longo de 1979 o jornal *O Estado* frequentemente valia-se da utilização do termo “posseiros” para designar os agricultores que não possuíam escrituras das terras que ocupavam. Com isso, quando as notícias tinham por objetivo representar os conflitos entre os agricultores e aqueles que reivindicam as terras como de sua propriedade, seja por parte de particulares ou do Estado, na maioria das vezes os termos utilizados eram no sentido de caracterizar “ocupações”. É o caso da reportagem publicada em 13 de abril de 1979, intitulada “Tropas da PM para garantir o despejo de cem famílias” de “posseiros” na Gleba Santa Rita no Pontal do Paranapanema/SP.

Essa notícia, disposta na página policial, refere-se à questão que se desenvolvia desde 1973, quando um fazendeiro ganhou a primeira ação movida contra um arrendatário e, posteriormente, outra ação contra 65 famílias de subarrendatários que ali permaneciam, alegando que as terras eram do governo. Informa, ainda, que essas famílias foram expulsas com o emprego de força policial e que tiveram seus ranchos queimados. No entanto, eles retornaram em 1974, logo após a saída dos policiais, “atraindo outros posseiros”. Observa-se que, embora o jornal denuncie o tratamento violento com que esses “posseiros” do Pontal do Paranapanema eram tratados desde 1973, ao situá-lo na página policial, passa a tratá-los também como caso de polícia. Mais uma vez reitera o discurso jurídico dominante, engendrando a narrativa no sentido de assegurar o direito do fazendeiro, por meio da “ação de despejo”, em detrimento da mera “proteção”, ou seja, da mera tentativa de “ganhar tempo” por parte dos “posseiros”.

Diferentemente do que ocorrera em 1979, o mapeamento das reportagens realizado a partir dos anos de 1986, 1987 e 1988 demonstrou que o ponto de semelhança a ser destacado em boa parte das publicações do jornal *O Estado* refere-se às utilizações dos termos “invasão” e “invasores”. Esse último identifica os agricultores sem terra, e o primeiro serve para representar, numa só palavra, os atos de ocupações de terras que visavam à construção de acampamentos e posteriores assentamentos. Tem-se, dessa forma, que as chamadas das matérias, a todo tempo, reiteravam essa representação acerca do movimento, corroborando para a formação de uma memória estigmatizada sobre os sem-terra, carente de fundamentos e reflexões sobre o processo histórico de lutas e embates pela terra no Brasil.

Registra-se, por meio desse levantamento, que o verbo “invadir” foi empregado, só nos títulos das notícias sobre os trabalhadores sem terra, 18 vezes ao longo de 1986; de janeiro a abril de 1987, três vezes; e, no decorrer de 1988, há dez referências. São notícias que, de maneira geral, denunciam no título as “invasões” de fazendas no Oeste catarinense e, por vezes, da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). As narrativas procuram retratar, principalmente nos títulos, um tom de “ameaça” por parte dos sem-terra sobre as “invasões” para, na sequência, abrandar esse tom, assinalando,

nas legendas e/ou no fluxo discursivo, que se trata mais de uma “promessa”, como é o caso da reportagem que também mereceu destaque na capa: “Desapropriados ameaçam com invasão”.



Imagem 1 – Jornal *O Estado*, 16 de julho de 1986.

O título centralizado no topo da capa do jornal, por sua vez, foi mais enfático, afirmando que os “Colonos vão invadir terras do exército”. Nesse ponto, vale ressaltar que, ao tomar como base as representações sobre os movimentos sociais associadas às práticas jornalísticas, parte-se aqui das reflexões propostas pelo historiador Roger Chartier. Desse modo, as matérias que enfocam os movimentos sociais, a construção do texto jornalístico (título e subtítulo) e a escolha da imagem buscam – a partir de uma série de discursos que apreendem e estruturam representações – construir formas de dar a ver e ler uma determinada realidade social. Tais representações não são lineares e quase sempre são contraditórias. As imagens não se limitam meramente a uma ilustração; traduzem-se em uma forma de linguagem, ou seja, representam figuras retóricas semelhantes às da linguística.

O jornal, dessa forma, dispõe, em suas páginas, notícias que trazem em seus títulos textos significantes que estigmatizam e corrompem o sentido das ações de “ocupação” do movimento dos sem-terra. Frases fortes e com indicativos de violência são combinadas com referências de que as ações ocorriam de forma pacífica, além de descrições sobre as razões que levavam às mobilizações e à formação dos acampamentos. A maioria das imagens, por exemplo, são fotos das reuniões dos sem-terra com representantes do governo ou entre eles mesmos, dos acampamentos realizados nas fazendas, nas beiras de estradas, nas sedes do Incra ou na frente das prefeituras. Tais imagens servem de complementação das descrições contidas no texto sobre as precárias condições dos acampamentos, bem como sobre o contingente destes, retratando, por vezes, a presença de crianças, a fim de dimensionar o drama das famílias sem terra.

Apesar de *O Estado* incorporar, nas narrativas de diversas matérias, o termo “ocupação” ou mesmo enfatizar as discussões e definições sobre a “situação dos sem-terra”, promovendo disjunções e deslocamentos dos sentidos acerca de suas ações, o termo “invasão” é sempre retomado, no intuito de reiterar a prática delituosa. Para isso, o jornal aciona as vozes das autoridades responsáveis pela reforma agrária, como é o caso do presidente da época, José Sarney, o qual proferiu que faria a “reforma agrária dentro da lei. Com armas, o que se faz é revolução agrária e isso não vamos permitir. Invasão de terras, por exemplo, é violência e está fora de lei”.

A fala destacada pelo jornal *O Estado* é elucidativa, uma vez que Sarney, de fato, visava à realização da reforma agrária por meio da lei. No entanto, o Plano Nacional de Reforma Agrária, proposto em maio de 1985, primeiro ano de seu governo, contribuiu para a radicalização e polarização dos diferentes grupos da sociedade, encontrando várias resistências por parte do movimento dos sem-terra, as quais se concretizavam através das ocupações/acampamentos.

Outra voz acionada em algumas reportagens é a do executor da reforma agrária, no Oeste do Estado, Jacques Eliseu Crispim. Esse engenheiro agrônomo, que em 1979 já tinha suas declarações dispostas em matérias sobre a questão agrária no Oeste catarinense, afirmava que “os principais e grandes problemas dos pequenos e médios agricultores do Oeste” eram constituídos em razão da:

Desigual distribuição de terras, os problemas gerados pela peste suína, com a importação de suínos através das multinacionais, o seguro agrícola que não existe, o êxodo rural provocado pela seca, os altos impostos, os latifúndios, a mão-de-obra escassa e a burocracia dos bancos [...]

Em 1986, quando se encontrava na direção do Incra em Santa Catarina, as representações de suas falas sobre as “ocupações” das fazendas pelos sem-terra coadunavam-se com o posicionamento do governo federal. Ou seja, também identificavam as ações do movimento por meio das práticas de “invasões” e, por isso, passíveis de serem punidas de alguma forma. Exemplos disso são suas declarações de que “a invasão é uma questão de justiça. O Incra não

administra invasões”, por isso não tomava “conhecimento dos fatos” acerca das “invasões” das fazendas, dado que “isso é competência da Justiça”, embora, “se entre os invasores houvesse reincidentes, estes por certo *seriam* eliminados do projeto de assentamento de agricultores sem-terra”. Assim, ao reconhecer na “Justiça” a competência para decidir sobre as “invasões”, o representante do Incra acaba também reiterando e legitimando essa representação criminalizante do termo, principalmente ao prometer a punição dos chamados “invasores reincidentes”.

Porém, passados três anos do início da “Nova República” e da promessa da realização da reforma agrária, os termos “invasão” e “invasores” continuaram sendo os significantes utilizados em relação aos sem-terra. Tanto que o jornal chega a enfatizar que os “Sem terras programam novas invasões de áreas em 1988”. A reportagem traz um balanço sobre as “invasões realizadas desde 1985”, relacionando as práticas de “invasões” à “dificuldade do governo federal em realizar o Plano Regional de Reforma Agrária, a superorganização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o apoio político da Igreja e dos partidos da oposição”.

Aponta também que, em decorrência do “sucesso das invasões de 1985”, houve uma “agilização do processo de Reforma Agrária, cujos efeitos se fizeram sentir em 1986 e 1987”, afirmando que:

O assentamento efetivo dos sem-terra iniciou e foi praticamente todo conduzido em 1986. Para aquele ano, a meta do extinto Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária era a de assentar 2.900 famílias em 50 mil hectares. No período foram, efetivamente, assentadas 1.453 famílias em 29 mil hectares – cumprindo-se 50% da meta humana e 58% da meta territorial. Mesmo não cumprindo totalmente o objetivo de 1986, os resultados foram considerados altamente positivos porque, já em todo o Brasil, a meta de 150 mil famílias e 462 mil hectares foi cumprida em apenas 10%.

Tal afirmação reitera os pronunciamentos do ministro Dante de Oliveira (Mirad) que foram estampados na capa de 11 de outubro de 1986, bem como na notícia de 03 de abril de 1987, alegando que Santa Catarina era “um dos Estados mais adiantados no Programa Nacional de Reforma Agrária”. De forma geral, essas

notícias tentam dar conta de uma série de representações discursivas acerca das ações do Estado, bem como de uma rede de sentidos implícitos, mobilizados a partir de outras reportagens. Disputando as páginas do jornal com as notícias sobre ações dos sem-terra, há também inúmeras reportagens sobre as tentativas de efetivação da reforma agrária, em Santa Catarina, por parte do Mirad e do Incra, através de desapropriações, assentamentos e recursos financeiros disponibilizados pelo BNDES.

Em outro ponto da matéria de 18 de janeiro de 1988, o jornalista enfatiza que o movimento, ao tentar repetir, em 1987, o “sucesso” das ações de 1985, “deu-se mal”, não recebendo o apoio da opinião pública, das prefeituras, do governo do Estado e do Mirad. E que o movimento decidiu novamente pelas práticas de “invasão” porque, segundo “porta-vozes do movimento”, cansados de esperar ações concretas do governo, “invadindo” eles seriam notados por este. Mas também, por perceberem que a Assembleia Nacional Constituinte “não abordou em profundidade a questão da reforma agrária e a carta em elaboração não *contemplaria* nenhum avanço nesse setor. Pelo contrário, apenas retrocessos”. Percebe-se, aqui, que o idealizador da matéria até tenta, por meio das vozes autorizadas pelo movimento, apontar as “ocupações” como táticas privilegiadas na busca da reforma agrária, mas ainda assim recorre ao longo de todo o texto aos termos “invasões” e “invasores”, que serão um marco na identificação das ações do movimento.

3. Movimento das mulheres agricultoras de Santa Catarina – mma/sc.

Diferentemente do que ocorre com o MST, poucas são as notícias referentes ao Movimento das Mulheres Agricultoras – MMA. Organizado na cidade de Chapecó/SC, no final da década de 1970 e início da de 1980 o movimento foi marcado pela forte influência da Igreja, que não admitia o estabelecimento de relações com o movimento feminista. Convém notar que o trabalho da Igreja no Oeste catarinense, via Pastoral da Terra e CEBs, liderado pelo bispo Dom José Gomes na década de 1980, é lembrado, invariavelmente, como o lugar em que se iniciaram as discussões sobre a “libertação” das mulheres, o que, no entanto, ocorreu em meio a tensões e disputas. Estudos e depoimentos das mulheres que fizeram parte do MMA naquele período informam que “com o

aprofundamento de outras questões da ordem da sexualidade, afetividade e conflitos nos relacionamentos, passaram a emergir pontos de tensão com as doutrinas religiosas, mesmo as mais progressistas”.

O MMA foi marcado por inúmeras resistências em estabelecer relações entre as lutas do movimento e as questões percebidas como “do feminismo”. Entre essas resistências, figura a própria rejeição por parte das mulheres do rótulo de “movimento feminista”, que aparece representado, no jornal, com a seguinte chamada: “Agricultoras têm encontro dia 8”:

Cerca de cinco mil mulheres, agricultoras e urbanas se reunirão em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para relembrar as conquistas do movimento e conscientizar mais mulheres a lutarem por seus direitos. O encontro do dia 8, que se desenvolverá pela manhã e à tarde, será no interior deste município, no distrito de Faxinal dos Rosas, onde as mulheres levantarão suas bandeiras de luta, sem esquecer do que já foi conquistado. Na manifestação muitos homens, agricultores e trabalhadores urbanos, também se farão presentes, reforçando o movimento que não se diz feminista.

Essa ênfase do jornal de que o movimento não se dizia feminista evidencia uma precondição para a possibilidade de participação dos homens, trabalhadores rurais principalmente, na manifestação que rememora as conquistas do movimento feminista. Todavia, há de se pensar que, a partir da segunda metade da década de 1980, o próprio movimento já estava direcionando suas preocupações e discursos sobre questões que constavam da pauta no movimento feminista no Brasil. Segundo depoimentos de militantes do MMA, com o aprofundamento de temas relativos a sexualidade, afetividade, conflitos nos relacionamentos, passaram a emergir tensões com as doutrinas religiosas, mesmo as mais progressistas. Nesse sentido, as mulheres do MMA, ao perceberem que havia angústias pessoais que o movimento não resolvia, e que elas tinham a necessidade de discutir, as posições se invertem. O MMA acabou afastando-se da Igreja e aproximando-se do feminismo, incorporando, com o passar do tempo, suas principais reivindicações dimensionadas para a vida e necessidades no campo.

Convém destacar que o eixo unificador dos movimentos sociais do campo era a luta pela reforma agrária, no entanto, das dezoito notícias mapeadas sobre o MMA entre os anos de 1986 e 1993, apenas duas mencionam, pontualmente, a reivindicação do movimento sobre a reforma agrária. A maioria das publicações sobre o MMA concentra-se nos primeiros oito meses de 1986, porém são matérias repetitivas sobre a organização do encontro que se realizaria na cidade de Xanxerê no Oeste de Santa Catarina no dia 12 de agosto daquele ano. Em todas essas notícias, o jornal, a partir da referência à escolha da data feita pelas mulheres agricultoras para a realização do evento, promove a rememoração do assassinato de Margarida Alves, líder sindical rural do município de Lagoa Grande/PB, como a notícia abaixo, que informa que as mulheres aproveitaram:

o encontro para planejarem o dia 12 de agosto, que será o Dia da Luta e Luto, pela morte de Margarida Alves, a primeira presidente de um Sindicato de trabalhadores rurais, na Paraíba. Mãe de quatro filhos, Margarida foi assassinada em 12 de agosto de 1983, por defender os direitos das mulheres agricultoras.

Não obstante, a referência a esse assassinato aparece na narrativa jornalística não só para denunciar a violência no campo, mas também para evidenciar outras acomodações memoráveis, construídas acerca do ocorrido, já que: “Muitas vezes, Margarida já havia sido ameaçada de morte. Diante das ameaças, ela respondia: ‘da luta, não fujo.’ É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Essa frase, “Da luta, não fujo”, tornou-se o lema do MMA, bem como da campanha de Luci Choinaski, militante do MMA eleita deputada estadual em 1986 e deputada federal na década de 1990. O jornal, dessa forma, dá uma dimensão memorável à luta das mulheres do campo, por meio da reconstrução de uma imagem símbolo de Margarida Alves, como mulher, mãe e líder pioneira, acionada a partir da data de seu assassinato:

A data de hoje foi escolhida para o encontro, pois, há três anos, Margarida Alves, uma líder sindical, era assassinada, por defender os direitos da mulher agricultora. Margarida era, na época, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Lagoa Grande, na Paraíba e “hoje seu sangue faz brotar a consciência da mulher agricultora”, afirma um porta-voz do movimento.

Ao ativar a lembrança do acontecimento, por meio da repetição do porquê da escolha da data, o jornal também constrói uma memória sobre o MMA, revestindo o passado de novos gestos e significados, forjando os sentidos produzidos sobre a própria formação da consciência das mulheres agricultoras. Essa consciência não “brota” simplesmente do sangue vertido de Margarida, como o jornal quer fazer acreditar ao convocar uma voz autorizada. É, sim, produto de um trabalho intensivo de circulação e apropriação de ideias debatidas por várias mulheres e homens, em inúmeras reuniões e encontros, como ocorrido na citada data, na cidade de Xanxerê.

Contudo, esse ritual de rememoração sobre a data do assassinato de Margarida Alves realizado pelo jornal a partir das organizações de eventos pelo MMA, em 12 de agosto de 1993 (dez anos após sua morte), aparece por meio de uma pequena nota na página de política/opinião, intitulada “Sexo frágil”. Repetindo a mesma lógica de lembrança de todas as outras matérias, a nota faz referência à série de atos organizados pelo “Fórum de Mulheres de Santa Catarina”, que consistiam em um ato-show e uma encenação teatral. A novidade repousa no silêncio quanto à realização de uma missa, uma vez que as demais notícias descreviam o início dos atos com a celebração desta. Em seu lugar, a nota enfatiza que o ponto alto do dia seria “um júri popular na Assembleia Legislativa” sem, porém, comentar o assunto. Em contraposição à série de notícias que relembrou o assassinato da líder sindical, o descaso dessa nota é visível, pelo próprio “esquecimento” de que Margarida Alves era paraibana e não “alagoana”, conforme foi referenciado.

Diferentemente dos sentidos produzidos acerca das ações e reivindicações do MST, todas as narrativas sobre o MMA foram construídas no sentido de legitimar suas manifestações. Valendo-se, inclusive, da estratégia de separar esses movimentos sociais, por meio da diferenciação de suas trajetórias de lutas e embates, a exemplo da matéria de 08 de fevereiro de 1987, citada na primeira parte deste capítulo.

Assim, as notícias buscam a acomodação no fluxo das narrativas sobre as articulações e organizações de encontros promovidos para “discutir as inúmeras questões atinentes à mulher agricultora”, as suas principais

reivindicações dimensionadas para as necessidades do campo, bem como para a vida. Dentre essas reivindicações estavam: aposentadoria aos 45 anos, com salário mínimo integral; direito à sindicalização; fim da discriminação à mulher, em qualquer setor de atividade; auxílio por acidente de trabalho, que até então só era garantido para os homens; nota de produtor rural, que facilitaria a obtenção dos direitos trabalhistas e previdenciários, além de outros benefícios; e, ainda, resolução do problema das barragens.

4. Movimento dos atingidos por barragens – mab.

O jornal *O Estado* pouco noticiou as ações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organizado em torno das questões relativas às construções das barragens para a instalação de grandes hidrelétricas como a da bacia do rio Uruguai, entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mas essas poucas notícias são reveladoras, no sentido de que enquadram, em suas narrativas jornalísticas, os discursos dominantes sobre a continuidade dos projetos de desenvolvimento, iniciados nos anos 1970. Esses discursos legitimaram as construções dessas grandes obras, que visavam ao atendimento, prioritariamente, às necessidades do grande capital e dos grupos internacionais, mediante as desapropriações das extensas áreas inundadas pelos lagos, formados pelas barragens, determinando o deslocamento de milhares de trabalhadores rurais, os quais passaram a se apresentar e ser reconhecidos como atingidos por barragens.

A primeira reportagem de que se tem notícia sobre o MAB, no período analisado nesta pesquisa, é a de 12 de janeiro de 1986 intitulada “Movimento contra barragens retoma lutas”, na qual o jornal informa sobre a decisão do MAB de impedir a construção de 25 barragens na bacia do Rio Uruguai, pois a empresa Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), responsável pela execução do projeto, não cumpriu a promessa de paralisar as obras, a fim de reestudar os projetos de construção das barragens. Tal promessa, assegurada pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, segundo um documento redigido pelos atingidos e citado pelo jornal, não passava de “uma farsa da Nova República”. Com descrições como essa, o artigo oscila entre o tom da denúncia sobre as omissões do governo e o prosseguimento das atividades da Eletrosul em

regiões como Itá/SC e Machadinho/RS, e o tom de ameaça, em nome do movimento, como se este estivesse prometendo uma agressão. Isso porque a narrativa jornalística dá a entender que, se o MAB não obtivesse uma resposta sobre a revisão do projeto de construção das barragens até o fim de janeiro, ele não se responsabilizaria “pela segurança dos funcionários e instalações da Eletrosul e nem, tampouco, *assumiria* qualquer responsabilidade pelo que vier a sofrer a empresa por iniciativa da massa de atingidos”. Assim, a narrativa final do texto, na forma como foi organizada, tende a produzir um sentido que imprime a ideia de ilegalidade das ações do MAB, por não deixar claro que, entre os instrumentos de luta disponíveis para os atingidos naquele momento estavam, justamente, a detenção de técnicos e a derrubada de marcos colocados pela empresa construtora. Esses instrumentos se justificariam como atos de desobediência civil, que servem para estabelecer a diferença entre legalidade e legitimidade.

Já em 04 de março de 1986, o jornal, por meio da notícia intitulada “Moradores de Itá continuam na expectativa das transferências”, constrói uma narrativa exaltando as vantagens da construção da barragem no município catarinense, localizado no Oeste do estado, entre as cidades de Chapecó e Concórdia. Para isso, aciona o prefeito Egídio Paludo, do PMDB, como porta-voz desses benefícios que seriam gerados em razão da barragem, tais como “a curiosidade e experiência de se conviver numa cidade completamente nova, com toda a infraestrutura necessária, iluminação subterrânea, ruas bem traçadas e sistemas de esgotos eficientes”. Os atingidos da área rural só aparecem por meio da referência à apreensão quanto ao futuro das indenizações e assentamentos em áreas produtivas na própria região e, em contraste aos 70% dos moradores da zona urbana que já haviam escolhido seus lotes na cidade nova.

Essa lógica de exaltação dos benefícios gerados pelos investimentos no setor de energia hidrelétrica foi retomada pelo jornalista Marcos Bedin, correspondente no Oeste catarinense, na notícia de 26 de outubro de 1986, intitulada “Equilíbrio ecológico poderá ser preservado apesar das barragens”. Nessa reportagem, a voz acionada para afirmar que seria “possível compatibilizar o desenvolvimento nacional com o racional aproveitamento dos recursos naturais sem causar desequilíbrio ecológico” é do chefe do Departamento de Engenharia de hidrelétricas

da Eletrosul. Com isso, o jornalista acomodou, no fluxo da narrativa, representações que legitimam as construções das barragens no Rio Uruguai, colocando-as quase como uma necessidade para a preservação do equilíbrio ecológico. Referenciando as assertivas do chefe do departamento, o jornal criou uma imagem para a Eletrosul, de empresa capaz de “contribuir efetivamente para a inserção harmônica das usinas hidrelétricas” nas regiões e nas vidas das pessoas atingidas, complementando essa imagem por meio de um discurso que atribui a “intensa pressão exercida pela presença humana”, a ameaça de extinção de diversas espécies animais e a quase extinção da cobertura vegetal às atividades econômicas exercidas pelo colonizador, como a extração de madeiras e lavouras. Eximia-se, dessa forma, a empresa dos danos já existentes na região, os quais, com a sua presença, poderiam inclusive ser atenuados. Desse modo, o jornal reproduz uma representação da Eletrosul como sendo uma empresa “salvadora” da e para a região e, portanto, “bem-intencionada” ao propor medidas que visavam a legitimar seus objetivos de construir as barragens. Objetivos que, no final do texto, são categoricamente enfatizados, por meio da afirmação de que “as obras *dos* complexos hidrelétricos *seriam* construídas”, com ou sem a participação das comunidades atingidas.

Assinala-se que as reivindicações e mobilizações do MAB não foram muito destacadas nas páginas do jornal entre os anos de 1986 e 1993. Além das notícias esboçadas acima, o jornal apenas referenciou o MAB em pequenas notas, indicando a realização de protestos por meio de bloqueios de estrada, acampamento na frente da Eletrosul e comentando sobre a transferência de famílias da região de Itá para outras áreas, como Campo Erê e para municípios do Paraná. O MAB, por sua vez, continuava se articulando, promovendo ações e manifestações, como as ocupações de canteiros de obras e estradas, impedindo o trabalho e a passagem de máquinas, acampando junto às sedes dos projetos e na frente das empresas executoras. Em algumas das notícias citadas aqui, embora o jornal situasse o problema da demora dos reassentamentos e das reivindicações das indenizações acerca das desapropriações, sobressaía-se, na narrativa, a lembrança de que os processos de construção das usinas de Itá e Machadinho eram irreversíveis, sendo que as ações do MAB apenas protelavam a execução destas. Em 1993,

as construções das barragens na Bacia do Rio Uruguai, iniciadas em 1987, ainda estavam em curso, com inúmeras suspeitas de desvios de verbas, e a maioria das famílias atingidas ainda não tinha uma resolução quanto aos reassentamentos e ao pagamento das indenizações.

Considerações finais.

A década de 1990 marca certo refluxo das notícias relativas aos movimentos sociais rurais nas páginas do jornal *O Estado*. As notícias sobre o MST veiculadas no começo dos anos 1990 apontam para o acirramento do quadro de perseguição política e criminalização do movimento. As ações que visavam pressionar o governo, para que ampliasse e aprofundasse a reforma agrária, continuaram sendo traduzidas pelo jornal, na maioria das vezes, como “invasões” geradoras de fatos políticos, associadas a outras práticas criminosas, como o “sequestro” de um funcionário do Incra, em Campos Novos, noticiado entre 11 e 13 de abril de 1991.

Além disso, as referências às mobilizações realizadas pelos sem-terra, empunhando enxadas, foices e facões, aparecem, nas narrativas, como motivo de apreensão e até como armas utilizadas na prática de crimes e não como símbolos do trabalho no campo, tal como a representação na própria bandeira do movimento.

As matérias sobre as ações de ocupações de terras e prédios públicos realizadas pelos sem-terra disputam os espaços nas páginas do jornal, por meio da confrontação com inúmeras reportagens sobre as medidas de desapropriação, assentamentos e liberação de verbas, realizados por parte do governo. No trabalho de enquadramento da memória sobre os conflitos agrários, o jornal seleciona informações, promovendo à lembrança da ação “baderneira” do MST em contraposição às ações do governo, quase sempre representadas por meio do empenho do Mirad em realizar a reforma agrária, da eficácia, ainda que parcial, da aplicação de suas medidas e da proposição de negociações com o MST.

É notório que, apesar de o jornal *O Estado* ter anunciado em 07 de março de 1991 a meta do presidente Fernando Collor de Melo de assentar 500 mil famílias até o final do seu governo, o período após sua eleição, em 1989, “demarcou

um refluxo da questão agrária e das mobilizações no campo, reduzindo as desapropriações e os novos assentamentos”. Nesse quadro, a própria militância e o ativismo do MST passaram por algumas ressignificações, voltando-se para o interior dos assentamentos, buscando melhorias e investimentos para as famílias assentadas, mas, sobretudo, promovendo a consolidação das bases de que já dispunha, a fim de não limitar sua ação somente à obtenção de terras, sendo que, nos dizeres de Grynszpan:

Fazê-lo significava atuar em um espaço tradicionalmente ocupado pelos sindicatos, passando a lidar com questões como associativismo, crédito, produção, preços dos produtos, entre outras. Isso levou o MST a buscar construir um Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que resultou, em 1992, na criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

Não obstante, essas novas formas de articulação, combinadas com as conhecidas práticas de manifestação, passaram a ser representadas no jornal, direta ou indiretamente, a partir do apontamento de uma íntima vinculação do MST e de grupos de base da Igreja Católica ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), bem como da existência de uma “ruidosa minoria ativista, veterana de muitos anos” na prática de “invasões”. Isso porque, segundo o jornal, em editorial da página política, seção “Opinião”:

A Experiência dos últimos anos tem demonstrado que invasões de terras e ocupações de prédios públicos, cuidadosamente, orquestradas pelas lideranças radicais do movimento dos rurícolas, servem mais a desígnios políticos e eleitorais do que para conquistar avanços significativos. Não por outra razão, possíveis encontros com a polícia são estimulados como até mesmo desejados por essas lideranças, que usam os colonos como massa de manobra. As imagens de pelotões de choque avançando sobre grupos armados com enxadas e pedras têm irresistível apelo promocional e costumam emplacar na cobertura da televisão em rede nacional, ocupando também grandes espaços nos jornais.

Com essa matéria, o periódico se legitima como aquele que desnuda a própria militância no MST, construindo um hiato entre a grande massa de trabalhadores rurais e suas lideranças,

ao promover o deslocamento dos sentidos acerca de suas práticas e de seus objetivos. Além disso, valendo-se de distorções e da elaboração de um contradiscurso sobre um pretense desejo e estimulação do ataque policial por parte das lideranças, acaba legitimando também as perseguições políticas, as prisões e os massacres ocorridos em anos anteriores e que marcariam os anos seguintes, principalmente no governo Fernando Henrique Cardoso. Vale lembrar que toda a construção dessa narrativa é fundamentada na reiteração de que o MST realiza “invasões” de terras e, portanto, seus militantes são “invasores”. No mais, ao reconhecer nessa matéria o “apelo promocional” que a violência tem, o jornal não fala só das outras mídias, mas também de si mesmo, do papel que ele acredita ter na sociedade. Constrói, assim, a sua autoridade simbólica e legitima o seu lugar social. Com isso, dá a entender que não só vende notícias, atendendo aos apelos das imagens de confronto entre policiais e manifestantes, mas também desvenda as intenções por trás das ações do MST.

Conforme foi dito anteriormente, não há uma homogeneidade quanto à abordagem da temática da questão agrária em relação às mobilizações dos sem-terra nas publicações do periódico em questão. Assim, as matérias são as mais variadas e disputam as páginas do jornal por meio de narrativas que tentam esboçar as dificuldades de assentamentos e da sobrevivência em acampamentos, até as manifestações e prisões dos sem-terra, a violência praticada pelos militantes, bem como a violência praticada por policiais e milícias particulares dos fazendeiros. E também, ainda que de forma pontual, as notícias informam sobre as mortes decorrentes dos conflitos, a exemplo da pequena nota de 8 de janeiro de 1987, que divulgou o pronunciamento do ministro da Reforma Agrária de que o número de pessoas mortas em conflitos de terra em 1986 chegara a 272, um aumento de 10,4% em relação ao ano anterior.

Porém, poucas são as notícias que tratam das dificuldades e mazelas enfrentadas pelos sem-terra no dia a dia dos acampamentos, vivendo em casas improvisadas, à espera do assentamento e de recursos para trabalhar na terra.

Em síntese, se em abril de 1986 praticamente todos os dias o jornal publicou notícias sobre o MST, estas foram se tornando escassas na segunda metade do ano. Comparado aos anos de

1987 e 1988 e entre os anos de 1991 e 1993, registra-se um maior número de publicações sobre os movimentos sociais rurais, principalmente sobre o movimento dos sem-terra em 1986.

Com base nas publicações mapeadas, foi possível perceber que a memória construída pelo jornal **O Estado** sobre os movimentos sociais rurais foi plural, contraditória e, sobretudo, dinâmica. Contudo, ainda que o jornal tenha acomodado, em suas páginas, instâncias discursivas que reconhecem como justa “a luta daqueles que batalham por um pedaço de terra para trabalhar e dela tirar seu sustento”, no fluxo das narrativas foi se estabilizando um sentido de que os sujeitos que participam do MST são “invasores”, “baderneiros” e, por consequência, criminosos.

Nas páginas do jornal *O Estado*, foi possível perceber que as narrativas jornalísticas são uma prática em transição, em construção, sendo que suas definições editoriais continham espaços para a circulação e publicação de vários conteúdos, diferenciados e divergentes acerca dos movimentos sociais. Os meios de comunicação se modernizaram, as notícias nos chegam hoje quase de forma imediata, ditando vários acontecimentos como já sendo históricos. No entanto, várias reportagens que se referem aos movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, feministas, entre outros, guardam relações com sentidos que foram regularizados e fixados no passado e que compõem a memória social. O jornal *O Estado* fez circular nas décadas de 1970 a 1990 representações sobre o presente do Brasil e com isso acabou também participando da complexa operação de poder que envolve lembrar e esquecer. O jornal não privilegiou os movimentos sociais por ser um jornal de “vanguarda” ou “revolucionário”, e sim pelos diferentes matizes que deram o tom das mudanças que se apresentavam naquele momento da história.

Trabalhar com memória exige pensar na coexistência entre passado e presente, na simultaneidade entre a “redescoberta do tempo” e a “consciência do tempo perdido”. As lembranças referem-se sempre ao passado, e ao serem contadas a memória atualiza-se sempre a partir do presente. Para Marina Franco e Florencia Levin, foi justamente a memória que em primeiro lugar mudou a direção da História para o presente. Memória e História são duas formas de representação do passado

(governadas, porém, por regimes diferentes). Dessa forma, a gestação da História a partir da violação das memórias coaduna-se com a sua função crítica de ressignificar o que ficou significado nas memórias, evitando ou mesmo corrigindo os usos e abusos das memórias, bem como de suas fragilidades.

No tempo presente o processo de luta instaurado com força na década de 1980 segue de outra forma. Análises de Ilse Scherer-Warren e Maria da Glória Gohn, referência nos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, mostram que modificações no contexto político trouxeram mudanças na forma das lutas reivindicatórias. Houve uma institucionalização dos movimentos sociais e, conseqüentemente, as grandes manifestações públicas foram se reduzindo. Mas para essas autoras as mudanças não devem ser traduzidas como enfraquecimento ou perda; são formas novas e diferentes de organização e atuação que podem trazer inclusive fortalecimento nas lutas e reivindicações. De todo modo, mesmo os mais céticos não podem negar que a existência desses movimentos sociais, sobretudo os rurais, fez muito pelo deslocamento de percepções sobre as questões sociais, culturais e políticas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

Chartier, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa e Rio de Janeiro: DIFEL e Bertrand, 1990.

Fernandes, Florestan. A luz é outra... Seção Opinião. *Folha de S. Paulo*, 06 de abril de 1992, p.1.

Franco, Marina; Levin, Florencia (orgs.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos para um campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

Gohn, M. da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Gouvêa, Vanessa Moraes de. *Redemocratização e movimentos sociais na Imprensa: o caso do jornal O Estado de Santa Catarina (1979-1993)*. 129 fls. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Udesc: Florianópolis, 2011.

Grynszpan, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: Ferreira, Jorge; Delgado,

Lucília de A. Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Huysen, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 2ª ed. Tradução de Sergio Alcides. Seleção de textos de Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Jornal *O Estado*, Edições de 1979, 1986, 1987, 1988, 1991, 1992, 1993. Acervo: Coleção Biblioteca Pública Estadual/SC.

Paulilo, M. Ignez; Silva, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: Scott, Parry; Cordeiro, Rosineide; Menezes, Marilda (orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.

Ribeiro, Ana Paula Goulart. A mídia e a cultura da memória. In: Mattos, Geísa; Jaguribe, Elizabete; Quesado, Ana (orgs.). *Nordeste, memórias e narrativas da mídia*. Fortaleza: Edições Iris/Expressão Gráfica Editora, 2010, p. 32-45.

Ribeiro, Ana Paula Goulart; Ferreira, Lúcia Maria Alves (orgs.). *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010.

Scherer-Warren, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Revista *Sociedade e Estado*. Brasília, vol. 21, n.1, p. 109-130, jan/abril de 2006.

Silva, Cristiani Bereta da. *Homens e Mulheres em Movimento. Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

www.sc.gov.br. Acesso em: 20-04-2012.